



DESCARTABILIDADE HUMANA NO CAPITALISMO: repercussões para a intervenção profissional do Assistente Social

BERNARDON, Andressa¹

JACQUES, Luciana Gomes de Lima²

ALORALDO, Vanelise de Paula³

RESUMO: O presente artigo versa sobre as contradições capitalistas e seus rebatimentos no mundo do trabalho e nos diferentes espaços sócio ocupacionais onde estão inseridos os Assistentes Sociais. Ressalta-se o importante debate da categoria sobre as formas de resistências e o comprometimento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, fundamentados na Teoria Social Crítica, com o atendimento das demandas dos usuários, manifestadas nas políticas sociais, as quais reforçam discursos neoliberais, meritocráticos, conservadores e assistencialistas que descaracterizam os direitos sociais, reproduzindo as formas de exploração e reprodução do sistema capitalista, num contexto de crise do sistema

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; Contradições; Descartabilidade Humana; Trabalho Profissional

INTRODUÇÃO:

O sistema capitalista é essencialmente contraditório e algumas de suas contradições, vinculam-se ao mundo do trabalho. Verifica-se que os avanços tecnológicos e científicos ao tempo em que acarretaram na melhoria da qualidade de vida de uma parcela da população; contribuíram para o avanço, produção e reprodução do sistema capitalista, contraditoriamente, acarretaram na diminuição e, por vezes, no desemprego que também

¹ Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Graduada em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul/RS. Correio eletrônico: bernardon.andressa@gmail.com

² Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Guaíba-RS. Correio eletrônico: lucianagljacques@gmail.com

³ Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Graduada em Serviço Social pela Unipampa. Correio eletrônico: vanelise.aloraldo@gmail.com



levou as famílias pobres à “merecerem” a proteção da assistência desestimulando, assim, a inserção ao mercado de trabalho daqueles considerados “inaptos” contribuindo para a construção de um processo de descartabilidade humana que, materializa-se, através do acirramento e do agravamento das refrações da questão social.

O capitalismo na sua expressão globalizada e imperialista, em seu horizonte histórico e político, não mede esforços para reafirmar sua hegemonia impondo um padrão de “desenvolvimento” que aprofundam as desigualdades e as formas de exploração. Nesse cenário, o ser humano “fica mais pobre à medida que produz mais riqueza [...]”. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento do valor do mundo dos objetos” (MARX, 2004, p. 94-95). Nesse sentido, não há valorização do trabalhador, apenas valorização do capital.

As atrocidades do modo de produção capitalista são percebidas cotidianamente na vida dos sujeitos, posto que, manifestam-se por meio da fome, do desemprego, das violências, do adoecimento físico e mental, decorrentes das extensas jornadas de trabalho, entre outras manifestações, as quais são demandas encaminhadas aos espaços ocupacionais onde estão inseridos os Assistentes Sociais. Nesse contexto, tais profissionais são convocados a intervir no âmbito das políticas sociais, preferencialmente, como “reguladores” da vida de seus usuários, no intuito de minimização do impacto negativo de suas demandas, e assim, torná-los sujeitos úteis a reprodução do capital.

Todavia, são profissionais formados com um direcionamento ético-político regido, entre outros, pelos seguintes Princípios Fundamentais: a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; a ampliação e consolidação da cidadania; a defesa do aprofundamento da democracia; o posicionamento em favor da equidade e justiça social e, a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (BRASIL, 1993). Verifica-se, desse modo, que há uma tensão permanente entre o projeto ético-político profissional e os objetivos capitalistas, que os contrata como profissionais assalariados, portanto, para que estejam a serviço do capital.

Ainda com tais dificuldades, no cenário onde vive-se, radicado pelo retorno do neoliberalismo, os profissionais do Serviço Social são desafiados a uma tomada de posição: ou legitimam as condições de subalternidade da população usuária dos serviços e corroboram com a prevalência dos interesses dominantes, ou assumem o papel de mediadores nas políticas de proteção social sob a perspectiva da efetivação de direitos numa sociedade de classes. Esta segunda opção, conforme Closs (2015) se apoia no



recurso à Teoria Social Crítica para superar a imediatividade, se contrapor à naturalização das desigualdades e banalização do ser humano, “desfetichizar” a realidade, explorar contradições fortalecendo resistências e ter coragem de lutar contra a corrente política atual. Eis uma difícil e complexa luta coletiva em que os assistentes sociais são chamados a travar, apoiando a concepção da defesa universal dos direitos humanos historicamente conquistados e materializados pelas políticas sociais.

Em realidade, vive-se em meio a uma naturalização das manifestações imediatas da questão social, onde o pensamento conservador contribui para disseminar a ideia da reforma moral do homem e da sociedade, tratando de “combater” estas refrações sem problematizar a ordem econômico-social estabelecida (NETTO, 2001). Contudo, reside aí uma contradição: ao mesmo tempo que responsabilizam e culpabilizam os sujeitos pelas suas condições de miserabilidade, em contrapartida, o Estado não constrói oportunidades para que as famílias vivam em plenas condições de dignidade.

1. SISTEMA CAPITALISTA E SUAS CONTRADIÇÕES

O sistema capitalista vigente na sociedade contemporânea influencia na produção e reprodução das relações sociais, as quais dizem respeito ao modo como os homens se relacionam entre si e constituem sua existência social, isto decorre das forças produtivas e do modo de apropriação dos meios de produção. Harvey (2016) afirma que o cerne da acumulação capitalista está em separar o trabalhador dos meios de produção, esse processo está relacionado a “espoliação” – no sentido de privar alguém de algo que lhe pertence –, enquanto a reprodução do capital, associa-se à exploração.

[...] separar o trabalho de outras atividades da vida e sujeitá-las às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência humana e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista (POLANYI, 2000, p.198).

Para que o capital seja criado e reproduzido é necessário, então, que os trabalhadores criem mais valor em mercadorias do que recebem. Assim, temos entre as consequências desse sistema: trabalho social alienado e relação contratual desigual. Esta alienação é necessária para a manutenção do *status quo*, pois, esvazia as lutas coletivas, enfraquece a classe trabalhadora, despolitiza os seres sociais, os sujeitos não se reconhecem no fim do processo de trabalho, causando-lhes estranheza. Torna os sujeitos isolados, sem perspectivas de grandes mudanças, tendo em vista, que todas as conquistas sociais são frutos de lutas coletivas. Marx (2004) nos manuscritos econômicos filosóficos, ao



retratar a teoria da alienação mostra o vazio do sujeito alienado e a descaracterização da própria humanidade, da essência do sujeito. A sujeito se vê como acidente, não como determinante.

Sujeito alienado é aquele que não consegue perceber a possibilidade de uma mudança. O sujeito que não se reconhece no produto de seu trabalho, que não se satisfaz na sua atividade de trabalho, que não se reconhece enquanto membro de um gênero e que não reconhece a alteridade é um sujeito impotente. É a reprodução perfeita das estruturas vigentes em uma sociedade pautada pelo trabalho e em que a estrutura econômica assume papel determinante (MARX, 2004).

A alienação é próspera nas divisões do trabalho, pois, a competição entre grupos sociais, que lutam por uma posição de poder (status) na divisão social do trabalho, torna-se o principal meio pelo qual os trabalhadores perdem poder para o capital. Este passa a exercer cada vez mais poder sobre o mercado de trabalho, porque as lutas dos trabalhadores são pelo reconhecimento e pelas qualificações que privilegiam os interesses individuais, e não coletivos, bem como o fetichismo da meritocracia (HARVEY, 2016, p.112-113). A meritocracia está presente na sociedade capitalista madura, na ideia fetichizada que a riqueza de cada um está alicerçada em seu esforço, a contradição renda e riqueza retrata esta realidade, na qual o salário dos trabalhadores tem a aparência de uma riqueza, ocultando o processo de mais valia presente neste processo.

Contudo, o capital vai continuar a buscar novas estratégias de obter taxas de lucros, na implementação de tecnologias em alternância na busca de melhores condições de produzir lucratividade, por isso ocorrem as crises estruturais (modo de produção, com sinais de esgotamento) para que possam vir as mudanças e novas oportunidades de concorrência. Isto, influência diretamente no modo de vida dos seres humanos, desde seu contexto subjetivo e objetivos, na busca desenfreada do capital de valores monetários.

As manifestações das atrocidades do capital trazem tensão para a relação entre trabalhadores e capitalistas. Os trabalhadores se organizam e lutam por melhores condições de trabalho, salariais, por sua vez, os capitalistas também se organizam e lutam para, por exemplo, reduzir o valor da força de trabalho; ou seja, lutam “em geral para aumentar a intensidade, a produtividade e/ou o tempo do trabalho dedicado ao processo de trabalho, enquanto os trabalhadores lutam para diminuir tanto as horas e a intensidade da atividade laboral quanto os danos físicos nela implícitos” (HARVEY, 2016, p. 69).

Sendo assim, a contradição entre capital e trabalho está no fato de que a força de trabalho é o instrumento primordial para a reprodução e sobrevivência do capital, porém, este mesmo capital, em virtude de sua essência exploratória, acaba esfacelando, destruindo o meio principal do qual dispõe para sobreviver. O capital apropria-se da força de trabalho,



explorando-a, ao máximo, para que possa produzir o valor e mais valor necessários a obtenção de seus lucros (busca eterna do capital), contudo, essa exploração traz danos à vida dos trabalhadores que, conscientes das perversidades do capital, organizam-se e lutam. No entanto, em retaliação, o capital se recusa a investir e/ou “cria desemprego para disciplinar o trabalho” (HARVEY, 2016, p. 69), num ciclo de disputas permanentes.

Nesse contexto, verifica-se que o controle sobre a força de trabalho e os processos de trabalhos sempre foi vital para a sobrevivência do capital e, os avanços tecnológicos e científicos, foram/são indispensáveis a esse propósito. No entanto, surge daí aquela que Harvey (2016) classifica como uma das contradições mutáveis do capital: Tecnologia, Trabalho e Descartabilidade Humana.

O desenvolvimento científico e tecnológico do século XX trouxe melhorias na qualidade de vida de uma parcela da população, mas, contraditoriamente, ampliou as desigualdades sociais e gradativamente afastou o homem do mundo do trabalho, ao ponto de extinguir áreas de inserção profissional e, desse modo, descartar uma parcela significativa da humanidade. No itinerário em busca de sua lucratividade, estiveram inseridos em permanentes processos de inovação tecnológicas, nos quais, novas tecnologias surgem para, posteriormente, transformarem-se em base para a construção de outras. Como consequência desses processos, tem-se a modificação, radical, de modos de viver, ser e pensar (HARVEY, 2016).

A contradição central está no fato de que se o trabalho social é a grande fonte de valor e lucro, substituí-lo por máquinas ou trabalho robótico não faz sentido, nem política nem economicamente, pois, as inovações tecnológicas ao permitirem a passagem de sistemas mecânicos e biológicos para a inteligência artificial, impactam na disponibilidade de emprego. Consequentemente, a demanda por bens e serviços entra em colapso, enquanto emprego e renda desaparecem – o que trará efeitos catastróficos na economia, a menos que o Estado descubra uma maneira de intervir com estímulos redistributivos aos setores da população que se tornaram redundantes e descartáveis (HARVEY, 2016). A contradição entre a produção de valor, de um lado, e a inovação tecnológica desmedida que economiza trabalho, de outro, está entrando num território cada vez mais perigoso – perigo que ameaça a crescente população descartável, mas também, a reprodução do próprio capital.

Nesse contexto de crise capitalista, verifica-se o agravamento das refrações da questão social, impactando diretamente no trabalho do Assistente Social, enquanto trabalhador assalariado, mas também e sobretudo, enquanto defensor de direitos. Iamamoto (2012) destaca que a internacionalização do capital acarreta, de um lado, a concentração de riqueza, e, de outro, a polarização da pobreza e da miséria, nas quais estão inseridos



aqueles sujeitos vetados pelo mercado de trabalho: jovens com pouca ou sem qualificação, idosos, entre outros. Nessa conjuntura de restrição de acesso a direitos e de precarizações, entre outros, acirram-se as refrações da questão social, aumentando-se, conseqüentemente, o número de cidadãos, jovens, idosos, crianças, mulheres, famílias vivendo em condições precárias, demandantes das políticas públicas e sociais nas quais estão inseridos os Assistentes Sociais.

2. REFRAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: demandas e respostas

O Estado contemporâneo neoliberal, busca intervir por meio de ações minimalistas, reforçando o caráter paternalista e assistencialista, repassando os direitos como favores, justificados, portanto, pela necessidade de desvincular a questão social como sendo fruto da relação capital e trabalho e de vinculá-la a desajustes, inaptidões individuais, algo natural, entre outras conceituações e, desta maneira, conseguir a adesão dos indivíduos para a reprodução do sistema capitalista. Os Assistentes Sociais estão inseridos em um contexto contraditório, que diretamente – e não poderia ser diferente – afeta a sua própria intervenção profissional.

As transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos, provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho do assistente social no âmbito das políticas sociais [...] Ao mesmo tempo e no mesmo processo, contraditoriamente, aprofunda-se a precarização, aberta ou velada, das condições em que esse trabalho se realiza, considerando o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social, subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto [...] Mas certamente outras pautas devem ser associadas a esta, relacionadas aos desafios do cotidiano profissional do assistente social, que trabalha com as mais dramáticas expressões da *questão social*, lidando com a dura realidade enfrentada pelas classes subalternas na sociedade brasileira (RAICHELIS, 2011, p. 434).

A condição de trabalhador assalariado, de um lado, e o compromisso com a materialização de seu projeto ético-político e profissional, de outro, restringe a autonomia dos Assistentes Sociais. Iamamoto (2012), evidencia que este trabalhador é como os demais, que necessita vender a sua força de trabalho na sociedade capitalista para que consiga sobreviver.

[...] o agente profissional contratado pelas instituições empregadoras ingressa no mercado de trabalho como proprietário de sua força de trabalho especializada, conquistada por meio de formação universitária que o legitima a exercer um trabalho complexo em termos da divisão social do trabalho, dotado de qualificação específica



para o seu desenvolvimento. Mas essa mercadoria “força de trabalho” só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo de propriedade do assistente social, devem ser colocados a sua disposição pelos empregadores institucionais: recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências, de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional (RAICHELIS, 2011, p. 434).

Ao mesmo tempo em que sofrem os impactos do atual contexto capitalista, os Assistentes Sociais são demandados a intervir nas refrações da questão social que se agudizam. Cotidianamente, esses profissionais se deparam com inúmeras demandas de seus usuários, referentes às mais diversas refrações da questão social: múltiplas violências; usuários desempregados; sem acesso a tratamentos de saúde; sem acesso à educação; pessoas em situação de rua ou residindo em condições precárias. As políticas sociais podem ser consideradas respostas e formas de enfrentamento, mesmo que setorializadas e fragmentadas, às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento está nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

De acordo com Pereira (2010) as políticas públicas, longe de serem receitas governamentais, resultaram de novas relações entre Estado e Sociedade, onde conceitos como justiça social e equidade se tornaram menos abstratos. Para a autora, são duas as principais funções da política pública: concretizar os direitos conquistados pela sociedade incorporando-os nas leis e distribuir bens públicos. Estes devem ser usufruídos de forma integral e gratuita, devem visar o interesse de todos e devem ser fáceis de acessar. Ainda é preciso lembrar que “as políticas públicas (e, portanto, a política social) mudam e variam no tempo e no espaço. Elas não têm um só perfil e uma única destinação” (PEREIRA, 2010, p. 99). Por isso também que a Política Social como concebida hoje, como materialização dos direitos de cidadania, deve ser lembrada como conquista histórica, porém, ainda precisa-se avançar – e muito, para que ela deixe os rastros da fragmentação, da seletividade, e da focalização, e caminhe, cada vez mais, rumo à inclusão e universalização dos direitos. Demandas que se manifestam no interior de políticas sociais redistributivistas, minimalistas, nas quais, seus gestores esperam que esses profissionais atuem no intuito de contenção social.

Nesse cenário conflituoso, faz-se necessário, conforme avalia Martinelli (2011), para a qualificação do conhecimento e, conseqüentemente, da intervenção profissional, que os Assistentes Sociais invistam em pesquisas, inclusive e, especialmente, com base na prática; trabalhem criticamente com seus usuários as demandas que afetam-lhes; vislumbrando, sempre, “o valor social do conhecimento produzido, seu retorno ao campo da intervenção e aos sujeitos que dele partilham”, estabelecer intercâmbio com outros saberes, “ancorar esse



modo de produzir conhecimento nas próprias vivências, na experiência social cotidiana, dando-lhe visibilidade e transformando o 'conhecimento silencioso' em 'conhecimento partilhado' (POLANYI, 1983, p.504), por meio de sua socialização”

O serviço social constituído em meio a trama de relações entre as classes sociais, entre tensões e complexas correlações de forças, encontra em seu projeto ético-político profissional hegemônico, a direção social determinada por valores e princípios que orientam o fazer profissional. Assim, o já referido projeto, na contemporaneidade ou pelo menos desde a década de 80, busca a ruptura com o pensamento conservador historicamente presente e atuante na trajetória da profissão.

Os efeitos perversos da sociedade contemporânea refletem-se nas relações sócio-político-econômicas da população, exigindo, conseqüentemente, aprimoramento das dimensões teórico-metodológicas, do compromisso ético-político e técnico-operativo, que se fundamenta na defesa da vida dos sujeitos e no acesso e efetivação de seus direitos humanos.

[...] o profissional que objetiva a realização e ampliação de direitos sociais e humanos só se mantém se contar com uma base social de sustentação política, o que coloca a práxis política como meio adequado à realização do compromisso ético-político profissional, entendendo-se que tal práxis não é exclusiva da profissão, mas do conjunto das forças sociais progressivas articuladas em projetos sociais [...] (BARROCO, 2000, p. 133).

Ressalta-se que o compromisso ético-político é composto de: “[...] valores, princípios, visão de homem e de sociedade que se direcionam para a transformação de determinada realidade, buscando contribuir na satisfação das demandas apresentadas pelo usuário e/ ou instituição [...]” (NUNES, 2004, p. 29). A contribuição na melhoria das condições e modo de vida da população demandária do trabalho profissional se faz através do desenvolvimento de atividades técnicas e políticas constituidoras do acesso e garantia das necessidades humanas básicas (saúde física e autonomia). Isso requer a incorporação dos diversos interesses da classe trabalhadora. Cabe registrar que constata-se um retorno a perspectivas profissionais que não conseguem ser totalmente superadas pela história e na atuação dos/as assistentes sociais. Destaca-se que tais perspectivas persistem com “novas roupagens”, portanto como um “novo conservadorismo” na profissão marcado por projetos e ações voltadas à manutenção da ordem capitalista.

Denota-se, portanto, que as/os assistentes sociais quando se inserem nos processos de trabalho vinculam o seu projeto profissional ao projeto societário. Se seguirem restringindo direitos, reforçando valores tradicionais, reduzindo procedimentos a um conjunto de burocracias sem qualquer autonomia ou pela via da “investidura moral” que



realiza julgamentos apressados, negação de benefícios, e controle total da vida dos sujeitos, trata-se de um projeto consoante com a matriz ideológica do neoliberalismo. Por outro lado, se o projeto profissional seguido for o projeto ético-político que visa a construção de uma nova ordem social sem dominação ou exploração de uma classe sobre a outra, pautado em valores de justiça e equidade social reconhecendo a liberdade como valor ético central, então demarca-se o compromisso com a classe trabalhadora livre das opressões.

Cumprir a necessidade do debate no interior da profissão a fim de aprimorar a qualificação da formação e dos serviços prestados à população. Dentre as discussões que devem ser problematizadas no momento presente, estão: pluralismo versus ecletismo, conhecimento sobre conceitos e categorias centrais no debate sobre a política pública e uma autocrítica no que se refere ao exercício profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Evidenciam-se nas contradições do sistema capitalista e do mundo do trabalho que os avanços tecnológicos e científicos priorizam o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento da classe que vive do trabalho. Tais transformações impactam diretamente nas relações sociais e conseqüentemente no trabalho profissional do assistente social.

Ressalta-se o importante debate da categoria sobre as formas de resistências, estratégias profissionais, com o comprometimento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, fundamentados pela Teoria Social Crítica aos tensionamentos presentes nas políticas sociais que ora reforçam discursos meritocráticos, conservadorismos, assistencialistas que descaracterizam os direitos sociais favorecendo o sistema neoliberal.

As transformações societárias incidem diretamente na prática profissional dos diversos campos profissionais. As/os assistentes sociais, especificamente, necessitam compreender a realidade, mas, principalmente, intervir nela de forma ético-política, evitando olhares fragmentados. O Serviço Social, em meio a correlações de força e complexas relações contraditórias, possui em seu direcionamento, a pretensão de romper com o pensamento tradicional-conservador naturalizado na sociedade.

Urge a necessidade de lutar pela qualidade da formação profissional e por uma atuação profissional crítica e comprometida com os interesses da população usuária nos diferentes espaços do exercício profissional bem como reconhecer os limites, as condições e o potencial das políticas sociais públicas existentes neste modelo societário, que mesmo precárias no tempo presente, atingem uma população há muito tempo subalternizada, subjugada e oprimida pelos ditames neoliberais.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Os fundamentos sócio-histórico da ética**. In: Capacitação em serviço social e política social: Módulo 2, Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distancia, 2000.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 497-508, jul./set. 2011.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/03.pdf> Acesso em: 07/07/2017.

MARX, Karl. **O Capital: crítica a economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NUNES, Josiéle Maria de Lima. **A Dimensão Socioeducativa no Trabalho do assistente Social**. Caxias do Sul. Monografia. UCS. 2004.

POLANY, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Trad. Fanny Wrabel. 2 ed. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.